

Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar

Maura Corcini Lopes*

Alfredo Veiga-Neto**

Resumo:

Este trabalho focaliza parte de uma pesquisa realizada com sujeitos surdos em fase de escolarização e/ou que militam na causa surda. Localizada no campo teórico do pós-estruturalismo e dos Estudos Surdos, analisamos narrativas que tais surdos fazem sobre si e sobre a escola. A escola de surdos tem sido um dos espaços que promove a aproximação e a construção da comunidade surda, acontecimento que deixa marcas na comunidade, pois essa, ao alojar-se no espaço escolar, é pedagogizada pelas práticas disciplinares que constituem a mesma. Nessa análise, identificamos a noção de luta, a permanente convivência no grupo surdo e a experiência do olhar como marcadores culturais pelos quais os sujeitos da pesquisa instituem e narram suas identidades surdas. Esses enunciados mostram, ainda, abrandamentos nas tradicionais causas surdas (escola para surdos e língua de sinais) que estão sendo, em boa parte, deslocadas para outras bandeiras, tais como condições de ensino, reconhecimento da capacidade surda de aprender e construção de currículos surdos, nos quais os marcadores culturais estejam presentes para além dos conteúdos escolares.

Palavras-chave: Surdez. Surdos. Surdos-Aspectos sociais.

* Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista e Graduada em Educação Especial (Habilitação Audiocomunicação) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – cursos de Mestrado e Doutorado – e do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

** Mestre em Genética, Doutor em Educação. Graduado em História Natural e em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do PPG-Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Professor Convidado do PPG-Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O presente trabalho apresenta parte de uma pesquisa realizada com sujeitos surdos que estão em fase de escolarização e/ou que militam na causa surda. Entre os muitos caminhos que poderiam ser desdobrados aqui, selecionamos aquele que traz um dos temas mais problematizados no campo dos Estudos Surdos: a cultura e a identidade surdas. Para desenvolver tal tema, argumentamos que, além da língua de sinais, da arte, do teatro e da poesia surda, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos permitem falar de identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de *ser surdo*. Longe de defender uma pretensa essência surda, nosso objetivo é mostrar que a expressão *ser surdo* abrange uma experiência de *ser*, de *estar no mundo*, que é vivida no coletivo, mas sentida de maneiras particulares. Embora tenhamos distintas formas de viver a condição de *ser surdo*, alguns elementos presentes nas narrativas surdas sobre si permitem-nos reconhecer, na dispersão dos enunciados, alguns elementos recorrentes que, ao serem agrupados, conectados e selecionados, nos indicam marcadores comuns dentro de um grupo cultural específico.

Para que um grupo se constitua e se configure como uma comunidade, algumas condições são necessárias. Temos como exemplos: *afinidades* entre os diferentes indivíduos que constituem o grupo, *interesses* comuns que possam conduzir as ações do grupo por caminhos comuns, *continuidade* das relações estabelecidas, bem como *tempo e espaço* comuns, em que os encontros do grupo possam acontecer. Nesse sentido, pensar sobre a constituição e os marcadores surdos que ajudam a definir o que reconhecemos por grupo e comunidade surda é pensar qual espaço tem servido de território para que a comunidade surda se constitua e se mantenha como tal.

O espaço que vem possibilitando a aproximação entre os surdos tem sido preponderantemente o escolar. Como a escola é o território que possibilita, antes de qualquer coisa, a aproximação e a convivência – isto é, um local inventado para que todos que o freqüentam saiam com marcas profundas no modo de ser e de estar no mundo –, a comunidade surda, quando constituída dentro da escola, também é fortemente marcada por ela. O espaço, o tempo e a disciplina escolares acabam fazendo parte das condições que definem o que estamos denominando *marcadores culturais surdos*.

Tomando tais questões como eixos deste trabalho, argumentamos que, quando a comunidade surda é constituída na escola e marcadores

culturais são forjados nesse mesmo espaço, as práticas escolares acabam pedagogizando os movimentos (sociais) surdos.

Decorrentes de tal pedagogização, são estabelecidos modelos de *ser surdo*, servindo como balizas para que ações de normalização sejam investidas *na e pela* própria comunidade surda, quando essa estabelece um tipo normal de *ser surdo* a ser seguido. A invenção de uma norma surda escolarizada acaba distribuindo os sujeitos surdos no espaço escolar, em posições distintas que podem estar mais próximas ou mais distantes daquelas apontadas como sendo aceitas pelo grupo.

Na fusão dos referenciais pós-estruturalistas, dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos está a orientação para a nossa leitura das narrativas dos surdos sobre si mesmos e sobre a escola. Assim, não se trata, aqui, de formular uma verdade sobre os surdos, nem mesmo de desvendar as verdades da cultura surda. Trazemos tão somente uma leitura possível sobre os marcadores identitários surdos que podem nos auxiliar, como professores atuantes na educação de surdos, a pensar novos elementos para a construção do que estamos entendendo por *currículo surdo*.

Enfim, colocadas as balizas teóricas e metodológicas para a nossa argumentação, o desenvolvimento deste texto será o seguinte: em primeiro lugar, desenvolvemos o que estamos entendendo por *cultura* e por *marcadores culturais surdos*; em segundo lugar, problematizamos o espaço da escola de surdos como o espaço da construção da comunidade surda, tentando argumentar que a entrada da escola na comunidade acaba pedagogizando a comunidade e nela imprimindo características particulares tipicamente escolares. Nessas duas seções, transcrevemos pequenos trechos das muitas respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa. Encerrando o texto, apresentamos algumas conclusões que podem nos auxiliar na construção de um *currículo surdo*.

Marcas Culturais Surdas

Marca, s. f.:

- traço, sinal, impressão deixada por alguém ou algo;
- desenho, inscrição, nome, número, selo, símbolo, carimbo, etc. que se coloca sobre um artigo para distingui-lo de outros, ou como indicação de propriedade, qualidade, categoria, origem;

- traço distintivo por que se reconhece alguém ou algo; estilo ou maneira pessoal;
- conjunto de características fundamentais;
- expressão reveladora de sentimentos, tendência ou estado físico ou mental, impressão, efeito de uma causa qualquer sobre o espírito, sobre os sentimentos;
- limite, fronteira.

Selecionamos, acima, alguns dos 27 significados que o Dicionário Houaiss (2001) dá ao termo *marca* e que interessam centralmente para a nossa argumentação. Eles apontam no sentido de que uma marca pode funcionar relacionalmente, isto é, como um elo entre entidades distintas. Com isso, queremos dizer que a noção de marca, quando atribuída à cultura, fundamenta seu significado tanto no que é impresso na alteridade e nas almas¹ dos sujeitos, quanto no que é impresso na materialidade de seus corpos. Marcas, portanto, não são somente traços materiais; marcas são, também, impressões que, ao informarem sobre como o outro nos vê, imprimem em nós sentimentos que nos constituem como um sujeito marcado pelo outro e, por isso, diferente em relação ao outro.

Como uma produção relacional, as marcas podem ser conceituadas de muitas formas, mas geralmente são simplificadas quando as pessoas ou especialistas costumam polarizá-las em positivas e negativas. São vistas como negativas as marcas que, atravessadas por um caráter de visibilidade, agridem aqueles que as olham. Nesse caso, apenas alguns são vistos como “os marcados”, submetendo-se a práticas corretivas com a finalidade de normalização.

As marcas tidas como positivas são produzidas por aqueles que são autorizados – e se autorizam – a definir os padrões que deverão pautar os incluídos. Assim como tais marcas definem a lista de sujeitos aceitos no grupo dos incluídos, elas definem também os sujeitos que não podem pertencer a tal grupo. A invenção de fronteiras imateriais mantém uma geografia segregacionista que se realimenta dos padrões sociais usados como marcadores para sinalizar quem são os autorizados a frequentar ou o grupo dos “amigos”/incluídos ou o grupo dos excluídos.

Certos indivíduos são colocados como *tipos*, como referências aceitas, como expoentes de normalidade; outros são colocados como referências para apontar *desvios*: desinteresse, dificuldade de aprendizagem, problemas

de ordem cognitiva, física, social, emocional, moral etc. Todos esses, independentemente de suas condições, possuem um espaço determinado por especialistas que, em posse de seus saberes, (de)marcam com justificativas teóricas o terreno escolar e o social. A demarcação do especialista está alicerçada no saber construído a partir de visões de sujeito determinadas por diferentes perspectivas teóricas que dão ênfase, em suas teorizações, a alguns aspectos e não a outros. Tais marcas criadas para fixar, alocar ou estabelecer lugares distintos para os sujeitos só existem na relação com o outro.

Na relação com o ouvinte, o surdo foi ensinado a olhar-se e a narrar-se como um deficiente auditivo. A marca da deficiência determinou, durante a história dos surdos e da surdez, a condição de submissão ao *normal* ouvinte. Dessa história de submissão, criaram-se práticas corretivas derivadas de saberes que informam e classificam os sujeitos dentro de fases de desenvolvimento lingüístico, cronológico e de perda auditiva.

As marcas de deficiência impressas na alma surda, mesmo em muitos daqueles que hoje fazem discursos surdos e militam na causa surda, criaram alteridades deficientes, dependentes de representações ouvintes. É curioso ver isso nos muitos depoimentos surdos; quando instados a falar de si, da escola e do movimento surdo, os surdos precisam trazer o ouvinte. A presença do ouvinte nas narrativas surdas – como sendo o opositor binário do surdo – afasta o próprio surdo da possibilidade de fazer, de si mesmo, uma posição de referência a sua condição de ser surdo.

Nas narrativas dos sujeitos da nossa pesquisa é recorrente observar a (o)posição dada ao ouvinte:

– Sou surda, quero ter o direito de usar a língua de sinais. Sempre os ouvintes dizem como a gente deve aprender. Reivindico, também, juntamente com os surdos, a educação dos surdos, e minha luta política se faz por ser este um fato que, historicamente, há um século, proporciona terror e exclusão à identidade surda. [...] Uma educação que iguala o surdo ao modelo ouvinte, onde é negada a identidade surda, é um fracasso.

– Eu estudei em escolas de surdos e em escolas de ouvintes. Na escola de surdos, é bom porque temos amigos surdos, fizemos encontros, passeamos [...], mas não quero ficar na escola de surdos porque lá eles dão coisas fáceis. Quero aprender, fazer concurso... lembro do que já passei na escola de ouvintes e sei que não era bom, mas quero aprender coisas difíceis.

Ter o próprio surdo como *o outro* significa buscar nele a possibilidade de que ele mesmo sirva como referente, capaz de informar àquele que olha e se olha, sobre (o que é) a condição *ser surdo*. Sob os fundamentos de Foucault (1995), vemos o olhar-se e o narrar-se como práticas necessárias para o processo de subjetivação; são práticas que permitem ao indivíduo desenvolver a sua sujeição ao grupo que o descreve e o informa. Romper com o olhar ouvinte que aparece fortemente marcado nas histórias e narrativas surdas é uma das ações para que a surdez saia do campo oposicional surdo/ouvinte para ser considerada e reafirmada no próprio campo surdo.

Isso não significa que deixaremos de contar histórias surdas que tenham, como conteúdo, a história de ouvintismos e as histórias de anos de submissão dos surdos às práticas medicalizadoras. Significa que começaremos, dentro de um outro juízo de valor, a dar um lugar com menos ênfase para tal enfoque. Nesse outro enfoque, o ouvinte não é o outro do surdo; o próprio surdo é que passa a ser o outro do surdo. É na norma surda que deve estar sendo gerada a média para que possamos avaliar os surdos e determinando se estão enquadrados no que o grupo específico pensa ser normal, problemático, anormal, estranho etc. Ewald (2000), ao escrever sobre a norma, fornece-nos elementos para que a entendamos como sendo criada a partir de convenções determinadas dentro de um grupo social que vive em um recorte de tempo e de espaço. Conforme o autor, a norma se dá “em princípio de comparação, de comparabilidade, uma medida comum, que se institui na pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo, sem exterioridade, sem verticalidade.” (EWALD, 2000, p. 86).

A inconformidade dos sujeitos surdos com a condição de deficiência em que sempre foram narrados e posicionados dentro da rede social, somada a possibilidades criadas por algumas instituições – geralmente escolares – que se destinavam a educar os *deficientes auditivos*, gerou sentimentos de inconformidade e de necessidade de luta por outras condições de vida. A luta surda pelo direito de ser surdo fez uma das grandes rupturas na história desse grupo. Os surdos, ao inventarem outras marcas – que vinham materializadas na língua de sinais, na comunidade surda, nas reuniões surdas, na ausência do aparelho auditivo, no dizer não aos sofridos tratamentos fonoaudiológicos e às sessões de medidas de perdas auditivas –, começaram

